

Prefeitura criará Zona Mista para viabilizar instação de 'distrito inteligente'

Thiago Rovêdo
thiago.rovedo@ac.com.br

A Prefeitura de Campinas está elaborando um novo projeto de lei para mudar o zoneamento da região do Polo 2 de Alta Tecnologia de Campinas, com o objetivo de permitir tanto a construção de casas e prédios, como também estabelecimentos comerciais e de serviços, para viabilizar um distrito inteligente e sustentável. A proposta de alteração do zoneamento da área — que já engloba a Ciatec II e CPQD — visa atrair investimentos em inovação, geração de empregos e a ocupação sustentável da área.

A região passará a se chamar Polo de Inovação e Desenvolvimento Sustentável (Pids/Ciatec II). O projeto já havia sido anunciado com exclusividade ao **Correio** no domingo passado, pelo secretário de Finanças de Campinas, Aurílio Caiado.

Se aprovada, Zona Mista permitirá casas, prédios, comércio e serviços

Se aprovado pela Câmara de Campinas, o projeto transformará a atual Zona de Atividade Econômica (ZAE) daquela região em Zona Mista, que permitirá o uso residencial e não residencial, inclusive no mesmo lote ou edificação. A intenção é que o projeto esteja concluído em 30 dias.

As medidas foram apresentadas ontem durante o evento "Urbanismo Inovador — um passo para o desenvolvimento sustentável", com participação de representantes de cidades como Palhoça, de Santa Catarina, e Pelotas, do Rio Grande do Sul, que já desenvolveram polos de inovação e desenvolvimento sustentável (Pids).

"A ideia é inserir Campinas em um ecossistema de inovação tecnológica, por meio do planejamento sustentável voltado à ciência e tecnologia. Com o Pids, vamos propiciar um maior desenvolvimento para a região do Polo Tecnológico de Campinas", afirmou a secretária de Planejamento e Urbanismo, Carolina Baracat Lazinho.

A mudança de zoneamento permite calçadas mais largas, prédios com altura limitada, fruição pública, comércios na base de prédios residenciais, entre outros. "Um polo não se sustenta sem área habitacional, comércios e serviços. O ambiente de negócios surge nessas áreas. Ele é mais atrativo nesses setores", explicou a secretária.

O projeto de lei está sendo desenvolvido por uma equipe multidisciplinar que envolve a Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas (Emdec) e as Secretarias do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Finanças, Desenvolvimento Econômico e Planejamento e Urbanismo.



Objetivos do projeto de lei foram apresentados ontem no evento "Urbanismo Inovador — um passo para o desenvolvimento sustentável", com participação de autoridades e empresários

PARA ATRAIR INVESTIMENTOS

Prefeitura prepara projeto de lei para viabilizar distrito inteligente

Proposta é alterar zoneamento da região do Polo 2 de Alta Tecnologia de Campinas



Secretária de Planejamento e Urbanismo, Carolina Baracat Lazinho: "a ideia é inserir Campinas em um ecossistema de inovação tecnológica"

"Daqui cerca de 30 dias, após finalizar o projeto de lei, vamos realizar uma audiência pública para receber contribuições. Vamos apresentar o projeto a todos os Conselhos da área", afirmou Carolina.

A Prefeitura também infor-

mou que, após a mudança de zoneamento, a Secretaria de Finanças irá trabalhar em uma nova legislação para incentivos tributários. "A intenção é ocupar esses espaços de uma forma mais humana, voltada aos pedestres, às pessoas. Não só entregar um

empreendimento sem requalificar as áreas públicas", disse o prefeito Dário Saadi (Republicanos).

Distrito Inteligente
Nessa área, já foi iniciado também um levantamento de locais com potencial cênico,

paisagístico ou natural, considerando patrimônio cultural, sítios arqueológicos e monumentos históricos. A intenção é transformá-la em um distrito inteligente de Campinas, previsto no Hub Internacional de Desenvolvimento Sustentável (HIDS). O Pids é um

dos projetos específicos que saiu desse estudo maior.

O futuro distrito inteligente abrangerá a área que concentra o Polo de Alta Tecnologia Ciatec II, o Laboratório de Iaz Síncrotron Sirius, a Fazenda Argentina, a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Faculdades de Campinas (Facamp) e a Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas).

A identificação do patrimônio arqueológico nessa área do HIDS cumpre a legislação vigente, determinada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), que visa avaliar se empreendimentos e obras, especialmente de grande porte, podem gerar impactos no patrimônio.

A proposta é agregar esforços nacionais e internacionais para produzir conhecimento, tecnologias inovadoras e educação das futuras gerações, mitigando e superando as fragilidades sociais, econômicas e ambientais da sociedade contemporânea.

Os estudos que começaram em janeiro serão fundamentais para integrar o patrimônio ambiental e cultural daquela área à criação de um distrito sustentável, promovendo o desenvolvimento social e econômico sem prejudicá-lo.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Popular - Campinas/SP

Seção: Cidades **Página:** 5